



UNIVERSIDADE
CANDIDO MENDES

FACULDADE DE DIREITO

Centro de Pós-Graduação em Direito - CPGD

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

Turma - 27

(3ª e 5ª feiras)

Coordenação Acadêmica

Professor Doutor Paulo Renato Fernandes da Silva

2019

1.OBJETIVO

Propiciar o exame dos principais institutos que integram o Direito do Trabalho e o Processo do Trabalho, em seus aspectos teóricos e práticos, permitindo um processo contínuo de reciclagem e atualização no campo jurídico voltado para a regulamentação das relações de trabalho no Brasil.

O curso também tem por objetivo discutir e divisar novas ferramentas jurídicas capazes de permitir maior e melhor inserção dos profissionais do Direito do Trabalho nos setores em que atuam, especialmente diante dos desafios gerados pelo novel Código de Processo Civil e pelos novos e polêmicos institutos criados pela Reforma Trabalhista – Lei Federal n. 13.467, de 13 de julho de 2017.

2. JUSTIFICATIVA

O estudo das técnicas estatais e não estatais de regulação das relações individuais e coletivas do trabalho aliadas aos modos de composição dos conflitos trabalhistas são temas da maior atualidade e importância no mundo de hoje, pois afeta a opção fundamental da sociedade segundo os modelos jurídicos que a modernidade apresenta.

A Reforma Trabalhista, a flexibilização, a precarização, as novas formas de contratação, a terceirização e a desregulamentação são temas que desafiam os juslaboralistas e que impõem reflexões mais aprofundadas sobre o novo enfoque que se espera das normas que tutelam o trabalho humano.

O curso apresenta o importante diferencial de trabalhar dialeticamente as diversas temáticas mediante o desenvolvimento multidisciplinar, aberto às discussões aplicadas a casos concretos enfrentados pelo Judiciário trabalhista nacional. O público alvo é constituído por profissionais que tenham preocupação com o aprimoramento do fenômeno sócio-econômico do trabalho-empresa .

No atendimento a esses objetivos foram convidados alguns dos mais renomados especialistas, mestres e doutores, com vasta experiência na advocacia, na magistratura e no Ministério Público do Trabalho.

3. DO CURSO

3.1.Titularidade.

O **CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO**, em nível de especialização, é organizado e oferecido pela **FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – CENTRO**, situada na Rua da Assembleia 10, sala 412, Centro – Rio de Janeiro/RJ, telefone 021 – 2222-0275, CEP: 20119-900. E-mail: cpgd@candidomendes.edu.br

3.2. Natureza:

Pós-Graduação *Lato Sensu* em nível de Especialização (com 360h)

3.4. Pré-requisito:

Curso superior completo.

3.5. Coordenação Acadêmica

Professor Doutor Paulo Renato Fernandes da Silva

p.renato@fscadvogados.net.br

3.6. Início do Curso:

Abril de 2019.

3ª e 5ª feiras, das 18:30h às 21:40h.

3.7. Inscrição:

Pode ser realizada mediante o comparecimento do candidato ou seu representante à secretaria do Curso, situada na Rua da Assembleia 10, sala 412, Centro – Rio de Janeiro/RJ, telefone 021-2509-7349, CEP: 20119-900. ou cpgd@candidomendes.edu.br

O candidato deverá requerer sua inscrição, juntando os documentos necessários (abaixo), justificando os motivos pelos quais pretende cursar o programa de PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – CENTRO.

O requerimento será avaliado pela Coordenação Acadêmica e, caso aprovado, o aluno será chamado para confirmar sua matrícula. Na hipótese de não aprovação, o candidato será informado e terá o prazo de 30 dias para retirar seus documentos.

3.8. Documentos necessários à inscrição:

- Cópia do Diploma de Graduação Plena (ou declaração de conclusão);

- *Curriculo vitae*;
- Cópia da carteira de identidade;
- Cópia do CPF;
- 01 foto (3X4);
- Requerimento fundamentado.

4. ESTRUTURA CURRICULAR

O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO compreende uma carga horária de **360 horas/aula**, com vista a garantir a flexibilidade curricular e a conseqüente adequação do Curso às necessidades e interesses acadêmicos.

Em qualquer eventualidade, a UCAM se reserva o direito de convidar outros professores, com reconhecimento na área para fins de ministrar as respectivas aulas.

5. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

5.1. Frequência:

Será considerado aprovado, sob este aspecto, o aluno que obtiver o mínimo de 75% de frequência no curso.

5.2. Avaliação de rendimento acadêmico:

Para efeito de aferição do desempenho e aproveitamento do aluno, será adotado o critério de avaliação escrita, com grau de zero a dez pontos, ao final de cada grupo de módulos, conforme previsto na grade horária. Serão três avaliações durante o curso. Será considerado aprovado e receberá o Certificado do Curso de Pós-Graduação o aluno que obtiver a média sete nas referidas avaliações e ter elaborado um artigo científico sobre algum dos temas do programa.

O aluno que não alcançar esta média, poderá fazer uma única prova final, cuja nota mínima para aprovação é sete.

Os pedidos de revisão de prova deverão ser formulados por escrito, no prazo de até cinco dias corridos, contados da divulgação da nota.

6. DO ABONO DE FALTAS

O aluno poderá, no prazo de dez dias após a falta, solicitar o abono da mesma, mediante requerimento fundamentado. Será concedido o abono de falta nos casos de impossibilidade de locomoção comprovada por atestado médico original. Só serão aceitos, **no máximo, três solicitações de abono de falta em cada semestre, desde que não ultrapasse mais de cinco dias, por semestre**. Os casos omissos serão avaliados pela Coordenação do curso.

7. DA OBTENÇÃO DO CERTIFICADO

Farão jus ao Certificado de Conclusão do **CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO *Lato Sensu***, em nível de Especialização, emitido pela **FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES. - CENTRO**, os alunos que preencherem as seguintes exigências: a) cumprimento dos créditos referentes aos módulos do curso; b) ter frequentado pelo menos 75% de todas as atividades programadas; c) alcançar o grau mínimo de 7,0 (sete) na média das avaliações escritas; e d) elaborado um artigo científico sobre algum dos temas do programa.

9. ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

Os alunos devem manter atualizadas todas as suas informações cadastrais (endereço comercial e residencial, telefones, fax e e-mails) junto à secretaria (CPGD) da Pós- Graduação.

10. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1.Abertura e apresentação do Curso. A Reforma Trabalhista e os desafios do Direito do Trabalho do século XXI .

2.Fontes e Princípios constitucionais e infraconstitucionais do Direito do Trabalho. O Direito do Trabalho em transição e a Reforma Trabalhista. Fontes autônomas e heterônomas. Conflito e hierarquia de fontes. Princípios peculiares e gerais de Direito do Trabalho diante das novas relações de trabalho.

3.A Reforma Trabalhista e seus Reflexos sobre os Princípios do Processo do Trabalho. Aplicação supletiva/subsidiária do CPC. Princípios constitucionais, gerais e peculiares. A revisão dos princípios trabalhistas peculiares. Fontes e interpretação do Direito Processual do Trabalho à luz da nova principiologia do Direito Processo Civil-Constitucional brasileiro e da Reforma Trabalhista. Princípio descon sideração da personalidade jurídica.

4.Direito Constitucional do Trabalho – Teoria das normas constitucionais. Interpretação da constituição. Análise sistemática da constituição social e da

constituição econômica à luz da jurisprudência do STF. Normas gerais sobre controle de constitucionalidade. Jurisprudência do STF em matéria trabalhista.

5. A nova competência da Justiça do Trabalho, Emenda Constitucional n. 45 e a Reforma Trabalhista. A nova jurisdição voluntária. Classificação da competência trabalhista. Homologação de acordo extrajudicial. A interpretação do artigo 651 da CLT. Prorrogação. Modificação da competência e o novo CPC. Conflitos de competência. Ações baseadas nas relações de trabalho e no acidente de trabalho. Posicionamento pretoriano do STF e do TST diante da Reforma Trabalhista.

6. O Direito Empresarial e o Direito do Trabalho. Tipos societários. Desconsideração da personalidade jurídica no CDC, no NCPC, no Código Civil e no Processo do Trabalho. Responsabilidade dos administradores empregados e não empregados. Nova Lei de Falências e Recuperação das Empresas e suas relações com o Direito do Trabalho e a Reforma Trabalhista.

7. Despesas processuais à luz da Lei 13.467/17. Assistência judiciária gratuita. Gratuidade de justiça. Isenção. honorários advocatícios na Justiça do Trabalho. IN 27, TST. Reforma trabalhista. Intervenção de terceiros no Processo do Trabalho após a Reforma Trabalhista.

8. O Código Civil e suas relações com o Direito do Trabalho. Nova concepção do direito privado. Atos jurídicos. Vícios do consentimento. Autonomia da vontade privada e a Reforma Trabalhista. A Fraude e a simulação. Obrigações. Teoria da Imprevisão. Revisão das bases do negócio. Cláusula de quitação. Novos paradigmas da teoria dos contratos. Contrato de prestação de serviços e a empreitada.

9. Postulação do autor, o CPC e a Reforma Trabalhista. Petição Inicial. Requisitos. Defeitos. Princípios incidentes. Desistência. Modificação da inicial. Pedido contraposto. Pedido cominatório. Pedido subsidiário. O problema da liquidação do pedido. Prestações sucessivas. Antecipação dos efeitos da tutela. Procedimentos comum e especiais. Ação de cumprimento e Ação Plúrima.

10. Relação de Trabalho e Relação de Emprego diante da Reforma Trabalhista. Elementos essenciais e acidentais da figura do empregado. Novos aspectos configuradores. Parassubordinação e outros tipos de subordinação. Trabalho voluntário. Adventícios. Pejotização das relações de trabalho.

Trabalhadores intelectuais. Trabalho autônomo e intermitente. Avulso. Doméstico. O problema do Uber e das novas tecnologias.

11. DEFESA do Réu na Justiça do Trabalho. Modalidades de Defesa. Elementos essenciais. Exceções processuais e substanciais. Novo Prazo. Objeção de não executividade. Princípios incidentes. Princípios da eventualidade e da impugnação especificada. Pressupostos processuais trabalhistas. Condições da ação. Compensação e retenção. Prazo. Técnicas defensivas. A nova prescrição trabalhista. Reforma Trabalhista. A via arbitral como defesa empresarial. Dano processual.

12. O problema da terceirização de serviço e da intermediação de mão de obra no contexto do Direito do Trabalho contemporâneo. Os impactos da nova lei terceirização e a Reforma Trabalhista.

13. MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS. Mediação. Conciliação e arbitragem no Direito Material e no Processo do Trabalho diante da Reforma Trabalhista.

14. Os reflexos da Lei Federal 13.467/17 – Reforma Trabalhista – sobre as audiências no Processo do Trabalho. Incidentes processuais. Preposto. Processo judicial eletrônico. Modalidades de assentadas. Fases processuais. Procedimentos nas audiências. Direitos e deveres das partes, dos advogados e dos juízes.

15. O Empregador. Definição e identificação do empregador. Modalidades. A teoria da empresa. A nova caracterização da sucessão trabalhista: efeitos e requisitos. Concentração de empresas e seus efeitos. Grupo Econômico-Financeiro e a jurisprudência do TST. Novas figuras empresariais. A responsabilidade do sócio retirante. Os impactos da Reforma Trabalhista. Consórcio de empregadores. Empregador público.

16. A nova responsabilidade civil trabalhista e a Lei Federal 13.467/17. Teorias subjetiva e objetiva. Requisitos caracterizadores do dever de indenizar sob a ótica dos direitos fundamentais. Princípios incidentes. O acidente de trabalho e as ações indenizatórias. Nexos técnico epidemiológico. Excludentes de causalidade. A fixação do arco e do quantum indenizatório e a Reforma Trabalhista. Proteção contra os assédios e responsabilidade da empresa e dos gestores. O direito fundamental ao meio ambiente de trabalho.

17.Os impactos da Reforma Trabalhista sobre o Direito do Trabalho portuário. Tipos de trabalhadores. Regime jurídico. O OGMO e o operador portuário.

18.Teoria das provas à luz da Lei Federal n.13.467/17. Noções gerais, definição, classificação, modalidades, e efeitos das provas sobre o processo. Procedimento probatório e incidentes. Provas testemunhal, pericial, documental. Depoimento pessoal e interrogatório – efeitos. A nova regra do ônus da prova. Ônus da prova nas ações acidentárias. A prova como direito fundamental. Prova ilícita e seus efeitos no Processo do Trabalho

19.Novas concepções do contrato de emprego e a Reforma Trabalhista. Pressupostos e requisitos. Teoria das nulidades. Trabalho proibido e ilícito. A higidez da manifestação volitiva. Conteúdo negocial. Deveres laterais. Função social. Cláusulas abusivas. Soma de períodos descontínuos. Novas modalidades de contratação. Contrato intermitente. Contrato autônomo. Contrato a prazo. Contrato de tirocínio. Contrato de teletrabalho e doméstico. Contrato temporário.

20.Teoria da decisão judicial e a Reforma Trabalhista. O novo CPC. Teorias. Natureza. Atos do juiz e a reforma do CPC. Nova definição de sentença. Modalidades. Classificação. Requisitos, efeitos e defeitos. Antecipação de tutela na sentença. Prejudiciais de mérito e preliminares. O novo papel da jurisprudência trabalhista. Prescrição de ofício. Elementos essenciais e complementares da sentença. Sentença e termo de conciliação. Cumprimento da sentença. Julgamento citra, ultra ou extra petita. A Teoria da coisa julgada inconstitucional e sua incidência no processo do trabalho. A coisa julgada nas relações continuativas, nas ações acidentárias e nos dissídios coletivos.

21.A nova disciplina das alterações do contrato de trabalho diante da Lei 13.467/17. O empregado diferenciado. Art. 444, p. único, da CLT. Espécies e efeitos sobre o contrato de trabalho. Mutações de cargos, empregos, funções, de espécies e de formas de salário à luz da Reforma Trabalhista. O problema da dupla função dos motoristas rodoviários. Transferência de local e de localidade de trabalho. Remoção. Reversão. Promoção e Rebaixamento. Jus variandi empresarial e direitos fundamentais. Jurisprudência do TST.

22.Aspectos Polêmicos da Reforma Trabalhista

23.O direito processual coletivo trabalhista e o novo CPC. Ação Civil Pública. Ação coletiva. Inquérito civil. Legitimados. Natureza e efeitos jurídicos do termo de ajustamento de conduta. Ações coletivas e a defesa dos direitos fundamentais trabalhistas e a Reforma Trabalhista.

24.A defesa dos direitos, difusos e individuais homogêneos. Posicionamento do STF e do TST.

25.Cálculos trabalhistas. Reforma Trabalhista. Formas de liquidação. Cálculo de juros e correção monetária trabalhistas. Incidentes.

26.Aspectos polêmicos da liquidação de sentença trabalhista diante da Reforma Trabalhista e do novo CPC. Modalidades de liquidação. Possibilidades procedimentais. Decisões. Incidentes, impugnações e coisa julgada inconstitucional e coletiva. O problema das contribuições previdenciárias. Acordos extrajudiciais. A responsabilidade das partes por dano processual na liquidação.

27.A nova sistemática de duração do trabalho à luz da Reforma Trabalhista. . Jornada e horário de Trabalho. Acordo de prorrogação. O novo regime da compensação de horas diante da Lei 13.467/17. Requisitos. Horários flexíveis. Jornadas especiais de trabalho (bancário, professor, aeroviário e aeronauta). Horas extras. Cálculo. Empregados excluídos do direito à hora extra. A hora *in itinere* foi extinta? Flexibilização da jornada. Trabalho em regime de revezamento e em tempo parcial. Intervalos compulsórios e facultativos. Lei 13.103/15. Duração do trabalho e suas relações jurídicas com os acidentes de trabalho. Repouso hebdomadário. Feriados.

28.A Execução trabalhista, a Reforma Trabalhista e o novo CPC. Teoria Geral da Execução. Espécies de execução. Princípios. Cumprimento da sentença. Aplicação das novas regras da execução da Lei 13.467/17 e do CPC ao Processo do Trabalho. Execução de quantia certa e de obrigação de fazer e não fazer. Execução de títulos extrajudiciais. Execução da massa falida. Penhora e bens impenhoráveis. Penhora de quotas e de salário. Embargos à execução e à arrematação. Impugnação. Embargos de terceiro. Execução das contribuições previdenciárias. Honorários advocatícios. Incidente de descon sideração da personalidade jurídica na execução. A responsabilidade do sócio retirante.

29.Didática do ensino superior

30. Teoria da Retribuição e a Reforma Trabalhista. Salário e Remuneração: Elementos salariais e não salariais do art. 457, CLT. Adicionais. Gorjetas. Gueltas. Composição e classificação do salário. Diárias e ajuda de custo. Direito de Arena. Salário utilidade e incorporação de elementos remuneratórios oriundo de liberalidade empresarial. *Stock option*. A nova disciplina dos prêmios e dos abonos. PLR. A nova disciplina da equiparação salarial. Subversão da hierarquia salarial. Desvio de função. Substituição. Reenquadramento.

31. Teoria Geral dos Recursos trabalhistas e a Reforma Trabalhista. Classificação, princípios e efeitos. Pressupostos recursais. Recurso Ordinário. Embargos de Declaração. Recurso de Revista. Agravo de Instrumento. Agravo de Petição. Agravo Regimental. Agravo inominado. Recurso Adesivo. Recurso de Revisão. Efeitos. Juízo de admissibilidade e de retratação. Remessa de ofício. Incidentes na fase recursal. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

32. Aspecto polêmicos das férias individuais e coletivas. Reforma Trabalhista. Sistemática. Contagem e cálculo das férias. Abono de férias. Prescrição. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Distinções e efeitos. O caso do empregado aposentado por invalidez e o problema do acidente de trabalho na Justiça Laboral diante da EC 45 e da Reforma Trabalhista. Suspensão temporária do contrato.

33. Terminação do Contrato de Trabalho e a Reforma Trabalhista. Modalidades (resilição, distrato, rescisão, força maior, e falecimento do empregado e do empregador). Efeitos e procedimentos. Aviso prévio (legal e contratual) e seu regime jurídico. Formas típicas e atípicas de quitação (PDVI). Efeitos decorrentes da concessão de benefícios previdenciários sobre o contrato de trabalho. Indenização adicional das Leis 7.238 e 6.708. Indenizações. O problema da quitação anual e sindical da Lei 13.467/17. As repercussões do *Factum principis* e do caso fortuito sobre o contrato de trabalho. Distinções. Configuração.

34. Tutela coletiva do trabalho e a Reforma Trabalhista. Negociação coletiva. Princípio da intervenção mínima. Princípio da prevalência do negociado. Instrumentos coletivos. Acordos e Convenções de Trabalho. Natureza. Efeitos. A questão da vigência e da eficácia temporal. Objeto. Limites. Hierarquia. Contribuições assistencial e confederativa. Contribuição compulsória?

Prerrogativas sindicais. Reforma sindical. O paradoxo sindical brasileiro. Quitação anual sindical. Sindicato e ações coletivas. Greve.

35.Meios autônomos de impugnação das decisões judiciais. Mandado de segurança. Correição. Ação rescisória. Medidas cautelares. A jurisprudência da Justiça do Trabalho diante da Lei Federal 13.467/17 – artigos 8º e 702 da CLT.

36.Estabilidade no emprego e Justa Causa. Reforma Trabalhista. Poder empregatício. Resolução do contrato de trabalho e seus efeitos. Fundamentos. Tipos. Princípios que governam a justa causa. Teorias. Modalidades. Justa causa e falta grave. Rescisão indireta. A nova estabilidade dos empregados de comissão de empresa.37. Sindicalismo e os desafios da Reforma Trabalhista. Evolução do direito sindical. Sindicato e entes superiores. Configurações institucionais. Poderes, prerrogativas e deveres. Princípios constitucionais sindicais e convencionais. Centrais sindicais.

38. Justa Causa. Teoria geral . Definições. Natureza. Classificação. Justa causa patronal e obreira. Princípios incidentes. Figuras legais de justa causa. Inquérito judicial e rescisão indireta.

39.Palestra: A Responsabilidade Civil do Empregador e as Ações acidentárias diante da Reforma Trabalhista.